



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

A REDE URBANA NO OESTE DO RIO SAPUCAÍ NA 2^A METADE DO SÉCULO XVIII

CABO VERDE: ARRAIAL, FREGUESIA E VILA

THE URBAN NETWORK IN THE WEST OF THE SAPUCAI RIVER IN THE SECOND HALF OF THE 18TH CENTURY CABO VERDE: ARRAIAL, PARISH AND VILLAGE

Carolina Farnetani de Almeida; Renata Baesso Pereira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
carol.alte@bol.com.br; renata.baesso@puc-campinas.edu.br

Resumo

O artigo apresenta o estudo sobre a formação do núcleo urbano, que hoje corresponde à cidade de Cabo Verde, no sudoeste do estado de Minas Gerais. Na segunda metade do século XVIII, o território em questão fazia parte da rede urbana do Rio Sapucaí, que abrangia quase todo o sudoeste da Capitania de Minas Gerais, fazendo divisa com a Capitania de São Paulo. Esse território foi palco de disputas entre as Capitânicas e os Bispos de Minas Gerais e São Paulo. O artigo também apresenta uma análise da gênese e da estrutura da forma urbana de Cabo Verde, núcleo de povoamento que se origina como arraial de mineração. O estudo de caso em questão busca cobrir uma lacuna da historiografia, pois contempla a análise de uma cidade que pouco cresceu desde a sua origem, e cuja forma demonstra um modo luso brasileiro de fundar núcleos urbanos na segunda metade do século XVIII.

Palavras-chave

Fundação de núcleos urbanos. Forma urbana. Rede urbana. Cabo Verde, MG. Segunda metade do século XVIII.

Abstract

The article presents the study about the constitution of the urban nucleus currently belonging to Cabo Verde`s city, southwest of the state of Minas Gerais. At the second half of XVIII`s century the territory in case pertained to the urban network of the Sapucaí`s river, which covered almost all the southwest of the Captaincy of Minas Gerais, border with the state of São Paulo. This territory was the scene of contests between Captaincys and the Bishops of Minas Gerais and São Paulo. The article also elaborates an analysis about the foundation and



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

structure of the urban set of Cabo Verde, settlement that originates as a mining district. The present study seeks to fill a gap in historiography through the analysis of a city that has grown little since its origin, whose set demonstrates a Brazilian Portuguese way of founding urban nucleus/center in the second half of the XVIII`'s century.

Keywords

Founding urban nucleus. Urban set. Urban network. Cabo Verde, MG. Second half of the XVIII`'s century.

Introdução

Em recente balanço historiográfico sobre a urbanização no Brasil colonial, Bueno¹ aponta que, em geral, os estudos abordam as vilas e cidades, em detrimento dos demais núcleos de povoamento, que pontuavam territórios, cumprindo diferentes papéis (BUENO, 2016):

Lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, bairros rurais, aldeias indígenas, aldeamentos missionários, pousos, registros, passagens, barreiras, fazendas, sítios, currais e fortalezas ficaram obscurecidos em meio à rarefeita rede de vilas e cidades. A historiografia tampouco deu atenção à natureza da multifacetada teia de comunicação que articulava esses núcleos – rios, córregos, veredas, trilhas, caminhos e calçadas – que permitiam ou dificultavam fluxos e contatos interregionais, em meio à difícil e plural geografia física e humana que até hoje caracteriza as nossas diversas paisagens culturais (BUENO, 2016, p.2).

Em uma abordagem correlata a de Bueno, Fonseca demonstra que os núcleos urbanos de pequeno porte foram raramente abordados como um objeto específico de pesquisa pelos especialistas. Quando se trata do território que corresponde ao atual estado de Minas Gerais, cidades e vilas mineradoras tem prevalência nos estudos, fazendo com que os demais núcleos de povoamento permaneçam à sua sombra, servindo somente como uma delimitação espacial cômoda para análises de demografia histórica, ou como cenário para o estudo de história

¹ Além do balanço historiográfico publicado em 2016, ver também da mesma autora: BUENO, Beatriz P. S. "A última década, novos rumos. Balanço da historiografia sobre urbanização no Brasil – Colônia. A contribuição dos estudos recentes". In: PESSOTTI, L; RIBEIRO, N. P. A construção da cidade portuguesa na América. Rio de Janeiro: PoD, 2011. pp. 31-40. BUENO, Beatriz P. S. "O estado da arte sobre urbanização no Brasil – Colônia". In: JUCÁ NETO, C.; MOURA FILHA, M. B. (org.). Vilas, cidades e territórios. O Brasil do século XVIII. João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012. pp. 29-44.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

social e econômica. Perduraram na sombra as povoações que surgiram somente na segunda metade do século XVIII, e estiveram ligadas a outras atividades econômicas – exceção feita à produção dos historiadores e eruditos locais (FONSECA, 2011, p.31).

[...] nota-se predominância absoluta de estudos monográficos centrados em cidades específicas. Com isto, só as grandes cidades vêm sendo contempladas, o que se configura uma história urbana das capitais brasileiras, desconsiderando-se as outras cidades, o vasto interior do país, as relações entre cidades e suas respectivas áreas de influência. A tematização dos trabalhos em torno de eixos relacionados ao intra-urbano deixa assim de propiciar um desenvolvimento paralelo no que diz respeito à própria história da urbanização no Brasil².

Quando se inicia a organização do Serviço de Proteção ao Patrimônio Artístico e Histórico (SPHAN), no final da década de 1930, algumas cidades do estado de Minas Gerais, que ainda possuíam um conjunto arquitetônico colonial, foram contempladas com uma série de medidas no sentido de preservar seu patrimônio edificado. A partir de uma abordagem historiográfica que identificava os exemplares dentro de uma taxonomia “barroca” ou “rococó”, as cidades que ainda possuíam um patrimônio edificado que se encaixava nessa classificação – apesar das várias intervenções e edificações do século XIX serem muitas vezes confundidas com exemplares “originais” do século XVIII – foram privilegiadas por uma série de estudos. A cidade mineira colonial passava a ser formalmente identificada apenas com os principais núcleos mineradores, elevados ao estatuto de vilas, sedes de comarcas, ou mesmo com a cidade de Mariana, sede do Bispado de Minas Gerais.

Porém, a formação do território mineiro, no período colonial, e sobretudo na segunda metade do século XVIII, se estrutura a partir da fundação de uma miríade de núcleos de povoamento. Apesar de alguns desses núcleos urbanos não ter preservado integralmente seu conjunto arquitetônico, de origem colonial, em muitos deles, elementos determinantes da forma urbana como o traçado e suas relações com a paisagem natural se preservaram. Muitos desses núcleos urbanos são hoje cidades de pequeno porte, que guardam ainda características formais do século XVIII, pois seu crescimento, entorno das primeiras ocupações, foi muito limitado. É o que se demonstra a partir do estudo de caso que apresentaremos no artigo, a

² FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. “A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões”. In: PADILHA, Nino (org.). Cidade e Urbanismo: história, teoria e práticas. Salvador: MAU/FAUFBa, 1998, p. 25. *Apud* SOARES, Josarlete Magalhães. Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira. Belo Horizonte: 2009, p 8.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

cidade de Cabo Verde, situada no sudoeste do estado de Minas Gerais, próxima à divisa com o estado de São Paulo.

O século XVIII é caracterizado por diversas formas de pensar e estruturar uma cidade. Os agentes que atuam sobre o território são variados, a forma de fixação da população e transformação do espaço natural varia a cada lugar. A complexidade espacial e social que o fenômeno urbano abarca e a multiplicidade de abordagens que ele admite exigem do pesquisador uma visão holística sobre o tema (MORAES, SOARES 2011, p 13).

O território que Minas Gerais teve originalmente sua ocupação associada à descoberta do ouro, ocasionando então o surgimento de diversos tipos de núcleos de povoamento de caráter urbano. A cidade mineradora foi um fenômeno precoce e inédito no contexto da colonização, fixando-se antes mesmo que os mecanismos para o seu abastecimento fossem estruturados de forma eficiente (MORAES, SOARES 2011, p 14). O território que corresponde hoje ao estado de Minas Gerais se configurou, em um primeiro momento, com a descoberta de minerais e, em um segundo momento, com a implantação de núcleos urbanos que se formam como pontos de abastecimento, estruturando-se então uma intrincada rede.

As abordagens mais recentes sobre a urbanização da capitania de Minas Gerais, desde a fundação das primeiras vilas, no início do século XVIII, até o fim do período colonial, vão além da análise das vilas do apogeu da produção aurífera e trazem à luz uma série de povoações que surgiram somente na segunda metade do século XVIII. Entre estes estudos mais recentes, que tratam da rede urbana em Minas Gerais, podemos destacar os de Morais (2005), ARAÚJO (2008), Magalhães (2009), Fonseca (2011) e Cruz (2016).

Fonseca (2011) aborda as relações de espaço e poder em suas múltiplas escalas e dimensões, revelando outras facetas da história política, socioeconômica e religiosa das Minas setecentistas. Trabalhando na perspectiva de formação de uma rede urbana, toda a questão de como se originava uma povoação, até sua elevação à vila ou até mesmo à cidade, estão presentes nos estudos da autora que, através de sua obra, abriu novas possibilidades para estudos futuros, no sentido de detalhar especificidades dessa rede e mesmo de detalhar a gênese da forma desses núcleos urbanos.

A recente obra de Cícero Ferraz Cruz (2016), que investiga a formação da Vila de Campanha da Princesa (atual Campanha, MG) e de seu termo³, representa um desdobramento

³ Ao detalhar o léxico urbano no Brasil Colônia, Fonseca explica o significado da palavra termo: "Na colônia, (...) as localidades recebiam o título de vila ao mesmo tempo em que adquiriam o direito de se autogerirem, ou seja, de possuir uma câmara, com seu território de jurisdição (termo) e com rendas próprias." (FONSECA, 2011, p.27)



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

importante da obra de Fonseca. Cruz elabora a reconstituição conjectural da forma da vila de Campanha da Princesa⁴, no início do século XIX. Nessa obra, o autor caracteriza a rede urbana ao definir o conceito de “cidade difusa”, que contempla a relação da sede da vila com o seu vasto termo, permeado por diversos núcleos de povoamento que carregavam o sentido de urbanidade.

Cidade porque carregava consigo a representação do que se entendia por cidade e difusa porque estavam espalhadas pelo território, descontínuas espacialmente e cuja leitura não é clara para os critérios atuais de classificação urbana. (CRUZ, 2016, p.32)

Na passagem do século XVIII para o século XIX, o vasto termo da vila de Campanha da Princesa correspondia ao território de grande parte da região sul do atual estado de Minas Gerais. O arraial e depois Freguesia de Cabo Verde, objeto de investigação do presente artigo, fazia parte desse termo. Busca-se dialogar diretamente com o trabalho de Cruz e avançar a partir de seus estudos que se concentraram na análise da forma urbana da sede da vila de Campanha, mas que abrem portas para a investigação dos demais núcleos de povoamento que constituíam seu termo.

As vilas, freguesias e arraiais exerciam suas pequenas órbitas de atração, normalmente relacionadas ao comércio e às questões de cunho religioso, jurídico e administrativo. As redes de relacionamento em escala local eram exercidas pelas pequenas trocas comerciais entre fazendas e arraiais, mas, principalmente, pela interdependência religiosa exercida pelas paróquias e freguesias (FONSECA, 2011, p.233).

Os concelhos eram as células básicas da organização político-territorial portuguesa, e foram, mais tarde, também chamados de municípios. “Como a maior parte dos concelhos tinha uma vila por sede, os dois termos tornaram-se quase sinônimos. Mas, na realidade cada concelho possui duas partes distintas, que os textos coevos nem sempre diferenciam de maneira nítida: a vila – núcleo urbano principal, onde se reúne a câmara – e seu termo – o território de jurisdição dos oficiais camarários, que inclui geralmente várias outras localidades. (...) o vocábulo “vila” possui duas dimensões: no nível local, ele designa a povoação-sede de um concelho; na escala territorial, ele corresponde a todo o espaço entorno da sede, posto sob o controle da câmara.” (FONSECA, 2011, p.29)

⁴ Segundo Araújo, no final do século XVIII, os moradores da freguesia de “Campanha do Rio de Verde” passam a reivindicar a elevação desta ao estatuto de vila através de petição encaminhada à rainha D. Maria I, quando solicitam o desmembramento de seu território do termo da Vila de São João del Rei. (ARAÚJO, 2008, p. 111-114).

A região requerida para compor o termo dessa vila abrangia dez freguesias: além da própria freguesia de Campanha, Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí; e ainda três Julgados: Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí. Por alvará de 20 de outubro de 1798, D. Maria I concede o título de vila à freguesia, apesar dos protestos da Câmara de São João Del Rei, nomeando-a “Vila da Campanha da Princesa” (SALGADO, PEREIRA, 2017).



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

As primeiras ocupações no território que hoje corresponde à cidade de Cabo Verde, se relacionam com a descoberta de ouro no Rio Assunção e posteriormente, depois do esgotamento das lavras, com a chamada inversão da economia, quando as principais atividades passam a ser a agropecuária e as manufaturas de produção de tecidos.

A Formação Da Rede Urbana A Oeste Do Rio Sapucaí Na Segunda Metade Do Século XVIII

A exploração do território que corresponde atualmente ao estado de Minas Gerais foi marcada por diversos conflitos, pois havia por parte da Coroa portuguesa um grande interesse em dominar o território devido à descoberta de grandes riquezas minerais. Em 1709, com o objetivo de controlar efetivamente a região que mais crescia em importância aos olhos metropolitanos, a Coroa cria a nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com sede na vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, elevada à condição de cidade em 24 de julho de 1711.

Para um melhor controle administrativo e fiscal das regiões mineradoras, em 1714, o governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Dom Brás Baltazar, divide, administrativamente, o território em quatro comarcas: Comarca de São Paulo, Comarca de Ouro Preto, Comarca do Rio das Velhas e Comarca do Rio das Mortes. É nesta última comarca, que tinha como sede o Concelho Municipal da vila de São João del-Rei que está inserido o território da atual cidade de Cabo Verde, MG.

Em dezembro de 1720, a Capitania das Minas do Ouro foi desmembrada da Capitania de São Paulo, o que conferiu ao território mineiro maior controle administrativo. As fronteiras do território da nova capitania foram definidas à medida que a colonização avançava, iniciando uma série de disputas pelos limites com a Capitania de São Paulo, que tinha a intenção de legitimar a posse de determinadas regiões.

A exploração do território que corresponde atualmente ao Sul do Estado de Minas Gerais, iniciou-se com a abertura de caminhos pelos paulistas. Os principais trajetos que se relacionam com a ocupação do território em questão são o Caminho de Fernão Dias e o Caminho do Anhanguera, ou Caminho dos Goiaes. Desses troncos principais partiam ramificações que cruzavam o território em disputa pelas capitanias de Minas e São Paulo, e ao longo dessas rotas se estruturam fluxos e uma rede de núcleos de povoamento.

A abertura desses caminhos se relaciona com a descoberta de ouro na região do vale do Rio Sapucaí, em meados do século XVIII, iniciando a formação dos arraiais de Santana do



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

Sapucaí (atual cidade de Silvianópolis, MG) e Ouro Fino. Durante a exploração, outras regiões auríferas foram descobertas, como as minas de Jacuí, e às margens do Ribeirão Assunção, o descoberto de Cabo Verde, objeto do artigo, onde também se implantaria um arraial. Além do surgimento desses arraiais outros pontos de ocupação estruturam paulatinamente o território, como pousos, sítios, fazendas, guardas e registros.

Até meados do século XVIII, a região a oeste do Rio Sapucaí, ainda não havia sido explorada. Seus limites geográficos eram: ao leste, o Rio Sapucaí, ao norte, o Rio Grande, a oeste, a antiga estrada dos Goias⁵ e, ao sul, a Serra da Mantiqueira. Segundo Carvalho, (1998, p.20) esta região revestida por mato virgem, com extensa malha de rios e córregos inexplorados, cobertos de ouro de aluvião, iria ser povoada a partir da década de 1740.

O caminho que vinha de São João d'El Rei para Santa Anna do Sapucahy, foi prolongado, pelo divisor de águas, até o vale do Jaguary para Atibaia e São Paulo. Um outro caminho partia de Santa Anna do Sapucahy para Ouro Fino, na região das cabeceiras do Rio Mogyguassú. Este último porém, era um beco sem saída, que só mais tarde foi prolongado até encontrar Caminho do Anhanguera, ou Caminho dos Goiases cruzando o Rio Mogi Guaçu, e para o norte por Caldas, Cabo Verde e Jacuhy (que ainda não existiam) até o Rio Grande. Em São Paulo, o conhecimento do sertão adiante de Jundiahy era limitado à faixa ao longo do Caminho dos Goiases, passando pelas atuais Campinas, Casa Branca e Cajurú, até chegar ao Rio Grande. (São Paulo, 1986, pp. 48)

O povoamento a oeste do Rio Sapucaí se iniciou quando José Pires Monteiro, natural de da vila de Jacareí, na Capitania de São Paulo, descobriu ouro na sua margem esquerda (CARVALHO, 1998, p. 23). Com a circulação da notícia de haver ouro abundante no vale do Rio Sapucaí, onde se formariam as freguesias de Santana do Sapucaí e de Ouro Fino, outros paulistas adentram este território. Dentre estes, o sertanista Ângelo Batista, da vila de Pindamonhangaba e também do português Francisco Martins de Lustosa, proveniente da vila de Santiago de Lustosa, no Arcebispado de Braga, em Portugal, que então residia na vila paulista de Santana das Cruzes do Mogi (atual Mogi das Cruzes, SP). Em 1745, o descoberto

⁵ “O chamado caminho do Anhanguera, ou Caminho para Goiases, foi aberto, em 1722, por Bartolomeu Bueno, o filho, seguindo a rota iniciada por seu pai. Partia de São Paulo e Santana do Parnaíba, seguindo trilhas indígenas, dirigia-se para Jundiaí. Desse ponto, seguia em direção ao norte, cruzando os rios Atibaia, Jaguari, na região em que, a partir de pousos, foi fundada a Vila de São Carlos (atual Campinas, SP). A partir desses pousos, o caminho cruzava os rios Mogi, Pardo e seguia em direção ao norte, até cruzar o Rio Grande, e daí ao local das minas de Goiás. A partir de Mogi Mirim (freguesia elevada a vila em 1769), este caminho desenvolvia variantes para as regiões de Jacuí e Cabo Verde (...)” (SALGADO, PEREIRA, 2017, p.221)



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

de Santana do Sapucaí, foi relatado por Lustosa ao governador de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, que o nomeou, em 28 de setembro de 1746, Guarda-Mór dos descobertos de Santana do Sapucaí e Ouro Fino, sob jurisdição da vila de Santana das Cruzes do Mogi, por ser esta a vila mais próxima em termos de acessos ao novo descoberto, apesar da resistência da Câmara de São João del Rei, na Capitania de Minas Gerais. (SALGADO; PEREIRA, 2017, p.229)

A presença de paulistas na região do Rio Sapucaí fez ressurgir a questão da disputa pelos limites de território das Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo. Convinha à MetrÓpole que os descobertos nas divisas das duas capitanias ficassem sob a jurisdição de Minas, sem acesso direto aos portos marítimos, pois a Capitania de Minas era fechada por registros e guardas, oferecendo à Coroa maior garantia contra os descaminhos do ouro. Como consequência do conflito entre os governadores das duas capitanias, em 1748, a MetrÓpole ordenou que Dom Luís de Mascarenhas, governador da capitania de São Paulo, retornasse a Portugal. A Capitania de São Paulo perde então sua autonomia. A Coroa concedeu então ao Governador Gomes Freire de Andrade, que a partir de então passou a acumular o controle dos territórios do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, plenos poderes para fixar as divisas com a Capitania de Minas pelos rios Grande e Sapucaí, ou por onde melhor lhe parecesse. Ainda em 1748, também foram desmembradas do território de São Paulo as capitanias de Goiás e de Mato Grosso (SALGADO; PEREIRA, 2017, p.229).

Ainda em 1748, chega de Portugal o designo sobre as linhas divisórias das capitanias, ordenando o Rei ao Governador Gomes Freire de Andrade, que fizesse nova divisão como melhor lhe parecesse, optando assim, pela causa mineira. Gomes Freire de Andrade incumbiu então o Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Tomaz Rubby de Barros Barreto do Rêgo, de fixar as divisas entre as capitanias. O auto de demarcação das divisas foi expedido em 19 de setembro de 1749. As divisas foram interpretadas por Tomaz Rubby como uma linha reta desde o Morro do Lopo, passando pela Serra de Mogi, até encontrar o Caminho dos Goyases, ou Caminho do Anahnaguera (Ottoni, 1960, p.26).

Com a criação dos bispados de Minas (com sede em Mariana) e de São Paulo, em 1745, o Bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, logo após a sua posse, apressou-se para criar a parÓquia de Santana do Sapucaí, em 1747. Mas, com a extinção do governo civil da Capitania de São Paulo em 1748, muitos foram os litígios relacionados aos limites civis e eclesiásticos no território em questão. A rede eclesiástica, formada por capelas, capelas curadas e freguesias se organizava territorialmente através dos Bispados nas suas Dioceses. A rede civil era formada pelas vilas e cidades e se organizava territorialmente pelas Comarcas, divisão administrativa das Capitanias (SALGADO; PEREIRA, 2017, p.230).

A criação dos Bispados de Mariana e São Paulo, em 1745, acirra os conflitos no território a oeste do rio Sapucaí, onde se localiza Cabo Verde. O conflito perdurou por muitas décadas, e grande parte do tempo o território foi governado pela Capitania de Minas Gerais, porém sob a jurisdição eclesiástica do bispado de São Paulo.



Mapa 1: Divisão das primeiras comarcas no território mineiro destacadas em vermelho. O território destacado em azul corresponde à região a Oeste do Rio Sapucaí. 1 – Estrada do Goiaes. 2 – Rio Grande. 3 – Rio Sapucaí. 4- Cabo Verde. 5- Jacuí. 6- Ouro Fino. 7- Santana do Sapucaí (Silvianópolis). Os destaques foram sobrepostos pela autora sobre o mapa original de 1810 que apresenta os limites da então Capitania de Minas Gerais. Fonte: Biblioteca Nacional. Recuperado de: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.jpg>. Acesso em: outubro de 2017.

Seguindo o vale do Rio Sapucaí, a região ao norte de Ouro Fino e Santana do Sapucaí, ainda permanecia desconhecida por parte dos colonizadores. Partindo desses dois arraiais, as explorações em busca de ouro foram dirigidas principalmente por Verissimo João de Carvalho, Intendente de Santana do Sapucaí, nomeado por D. Luiz Mascarenhas, que continuou no



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

mesmo posto na administração mineira, passando depois a ser guarda-mór. Veríssimo João de Carvalho⁶ penetrou o sertão para o norte, onde descobre, em 1762, junto ao Ribeirão da Assunção, ouro de aluvião e grupiaras (CARVALHO, 1998, p. 30), e assim inicia-se a ocupação no Descoberto de Cabo Verde, onde fundou um arraial que ainda hoje conserva o mesmo nome. Mais ao norte Pedro Franco, em 1755, o paulista Pedro Franco Quaresma abre um novo descoberto e funda o arraial de São Carlos de Jacuí.

As terras de Verissimo João de Carvalho se localizavam ao longo do caminho entre Ouro Fino e Cabo Verde, mais ou menos na posição da atual cidade de Caldas (São Paulo, 1896, pp. 52). Lá residiu com fazenda de criação e de mineração, de onde fazia suas incursões para o norte à procura de córregos auríferos. Foi numa dessas entradas pelo sertão ainda não explorado, que desbravou a região do Rio Cabo Verde e descobriu ouro no Ribeirão Assunção. A partir dessa data passou a residir com a família, esposa e filho, no novo descoberto do Cabo Verde (CARVALHO 1998, p.99).

A ocupação da terra se deu, no início, de forma rápida. A imigração era intensa, grande parte da população de Ouro Fino, Santana e Jacuí vinha em direção às minas do Rio Assunção. Segundo Carvalho vinham também faiscadores de lugares mais distantes como Aiuruoca, Baependi, Taubaté, Pindamonhangaba, São Paulo, São João do Atibaia, São João Del Rei e Sabará. O trabalho de mineração também exigiu a vinda para as lavras de escravos negros, provavelmente os "Pretos Cabo-Verde", vindos da Bahia, através de Ibituruna (CARVALHO, 1998, p.30). Esse crescimento levou o Bispo de São Paulo, Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1749-1764), a ordenar ao vigário de Ouro Fino, Padre Agostinho Machado Fagundes erigir a capela de Nossa Senhora do Rosário do Cabo Verde, celebrar sacramentos e construir o cemitério bento, em 1762.

Em 1766, a capela foi elevada a curato, pelo Bispado de São Paulo, com o nome de Arraial de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde (Barbosa, 1971, p.89). Posteriormente, a partir de 1798, o território da Freguesia de Cabo Verde foi reivindicado para compor o termo da Vila de Campanha da Princesa configurando, portanto, a posse eclesiástica para o bispado de São Paulo e a posse civil para a Capitania de Minas.

A documentação primária demonstra aspectos importantes do papel do Arraial de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde na rede urbana do oeste do Rio Sapucaí e da sua

⁶ Nasceu em 1709, na Freguesia de São Salvador, Conselho de Ribeira de Pena, Arcebispado de Braga, Província de Trás – os Montes, Portugal (CARVALHO 1998, p.99).



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

localização da fronteira entre as capitanias de Minas e São Paulo e dos Bispados de Mariana e São Paulo.

Em 1769, o Governador da Capitania de Minas, D. José Luis de Meneses, o conde de Valladares, expõe sua crítica, ao Governador de São Paulo, das condições da guarda que esta Capitania mantinha na região e ordena ao comandante de Cabo Verde, Veríssimo João de Carvalho que fizesse o patrulhamento do território em questão e fechasse todos os caminhos e picadas suspeitos de fugas e extravios.⁷ O documento revela portanto o teor dos conflitos entre os governos das duas capitanias e também o papel dos agentes do governo, que estando estabelecidos em um núcleo urbano, tinham que garantir a aplicação da ordem em um vasto território, cuidando dos caminhos e fluxos e evitando o extravio de bens e a sonegação de impostos.

No documento de 23 de outubro de 1798, o Alferes Comandante Vicente José do Vale apresenta um requerimento para a sua nomeação para o cargo de Capitão do Arraial de Cabo Verde. O requerimento é acompanhado de carta do pároco da freguesia de Cabo Verde e apresenta a alegação de que, em função das grandes distâncias que separam o arraial da Vila de São João del Rey, sede da Comarca, e do local onde até então morava o capitão, justificasse a nomeação do requerente ao posto, estabelecido em Cabo Verde. Acompanha também o requerimento a lista dos sessenta homens até então liderados pelo Alferes Vicente José do Vale, na sua Companhia de Ordenanças e que garantiriam, com mais eficiência, a aplicação da ordem no território da freguesia de Cabo Verde, caso o pedido fosse atendido. Nessa lista figuram os nomes dos oficiais e soldados, bem como sua origem. Do total de 60 homens, 44 provém de núcleos urbanos que pertencem ao Bispado de São Paulo, alguns na capitania de São Paulo, outros na de Minas. São 22 homens de Cabo Verde, 7 de Jaguary, 4 de São João do Atibaia, 3 da Vila de São Paulo, e um de cada uma das seguintes localidades: Mogy das Cruzes, Taubaté, Parnaíba, Guaratinguetá, Mogi Guaçu, Mogy Mirim, Ouro Fino, Santana do Sapucaí. Os demais nomes da Companhia de Ordenanças são naturais de núcleos que pertencem ao Bispado de Mariana e a Capitania de Minas: São José del Rei (atua Tirandentes,

⁷ Ordem do Conde de Valadares ao Capitão Dragão Veríssimo João de Carvalho, comandante de Cabo Verde para que faça o patrulhamento de todas as partes e matos da região de Vila Rica para tapar todas as picadas e caminhos suspeitos de fugas e extravios. DATA: 04/11/1769. Arquivo Público Mineiro. Fundo: Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). Notação antiga: SI CX 23 - DOC 52. Notação atual: SG-CX.05-DOC.29. Disponível em: <[HTTP://WWW.SIAAPM.CULTURA.MG.GOV.BR/MODULES/BTRDOCS/PHOTO.PHP?LID=84438](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=84438)>, acesso em maio 2017.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

MG), São João del Rei, Lavras do Funil, Pouso Alto, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha e Vila Rica.⁸

Quando houve o esgotamento das lavras, Cabo Verde e toda a região a oeste do Rio Sapucaí passaram por uma mudança na economia. Parte da população havia abandonado a região no momento da decadência da mineração, pois não havia ainda um desenvolvimento maior nas atividades agrícolas. A partir da inversão agrícola, o território foi novamente ocupado e essa nova economia era voltada para atividades agropecuárias e manufaturas, ambas relacionadas a uma rede de abastecimento intermo e externo. É importante ressaltar que Cabo Verde se desenvolveu a partir de sua articulação com uma rede, na qual se estruturam relações de dependência entre os núcleos urbanos. Esse extenso território que compunha a rede urbana a oeste do Rio Sapucaí era composto por vários tipos de ocupação, muitos deles correspondem, atualmente, às cidades do sudoeste do estado de Minas Gerais.

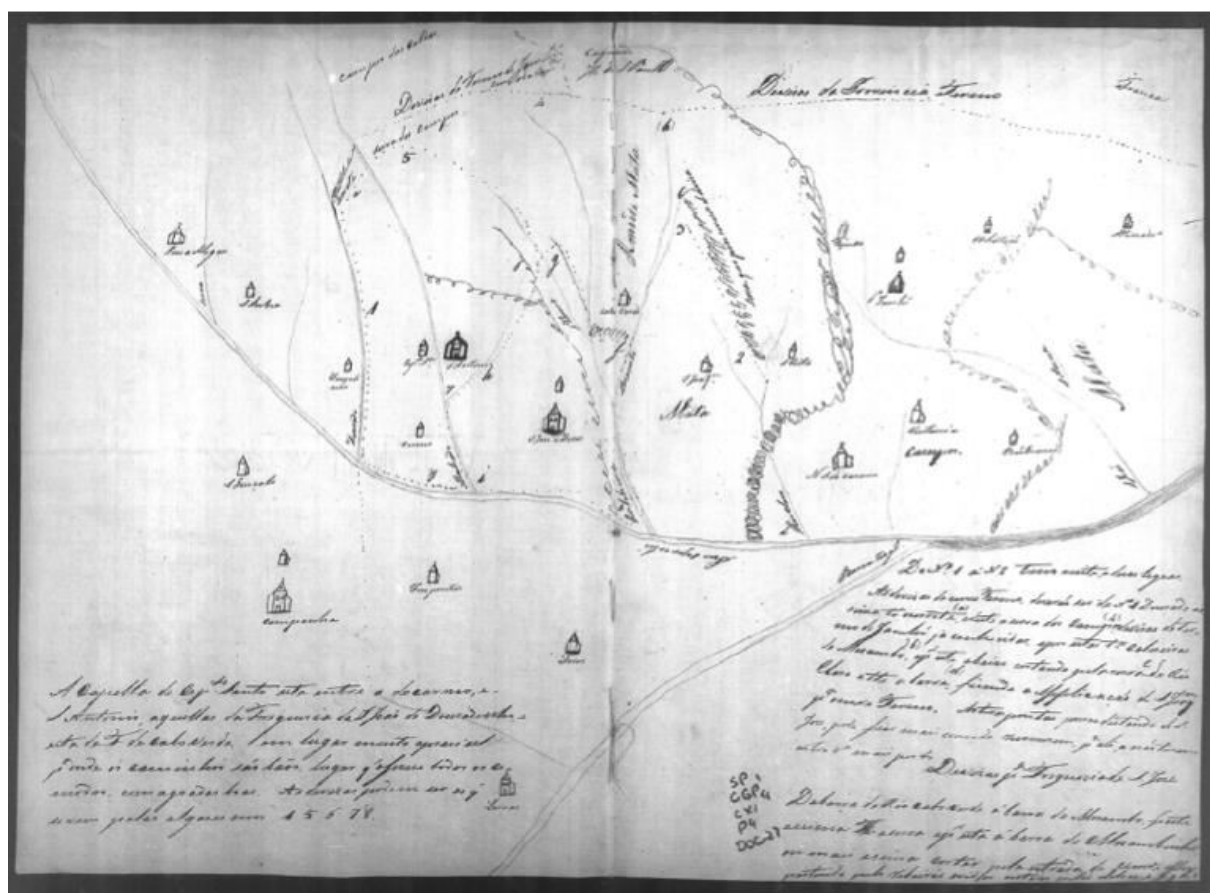
Cabo Verde: Arraial, Freguesia e Vila

Quando, em meados do século XVIII, Cabo Verde era um arraial de mineração, fazia parte do termo da Vila de São João Del Rei até que, em 1798, seu território foi reivindicado para compor o termo da Vila de Campanha da Princesa que pleiteava se desmembrar desta última. Posteriormente fez parte termo de da Vila de Jacuí, quando esta se desmembrou da Vila de Campanha da Princesa, em 1814. No ano de 1798 Cabo Verde já era freguesia e se conservou com esse estatuto, até que apresentou um pedido, ao Concelho Geral da Província de Minas Gerais, para ser elevada, a Vila em 1832.

No documento, os moradores alegam a grande distância que percorriam para chegar à Vila de Jacuí para tratar de seus direitos, queixam-se da dificuldade de acompanhar os processos jurídicos, e de que esses não tinham fim. Descrevem a dificuldade de transitar pela estrada que fazia a ligação da freguesia de Cabo verde com a sede da Vila da Jacuí. Por fim, sugerem a delimitação do termo da pleiteada Vila de Cabo Verde através do mapa apresentado abaixo, que compõe o documento original. O mapa apresentado pelos moradores da freguesia de Cabo Verde é desenhado fora da convenção cartográfica, e representa bem a visão dos

⁸ Requerimento do Alferes Comandante Vicente José Do Vale referente a nomeação para o cargo de Capitão do Arraial De Cabo Verde. Data: 23/10/1798. Arquivo Público Mineiro. Fundo: Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). SG-CX.40-DOC.41 Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=94555>>, acesso em maio 2017.

moradores locais. A proposta delimita o termo junto da divisa com a então Província de São Paulo, confrontado com o termo da Vila de Franca. Até então o termo da Vila de Jacuí é que confrontava com divisa da Província de São Paulo.



Mapa 2: Mapa que compõe o documento: Elevação da Matriz de Cabo Verde à categoria de Vila <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/conselho/brtacervo.php?cid=717>

[...]A Capella do Espirito Santo esta entre a do Carmo e Santo Antonio, aquellas da Freguesia de São João do Douradinho e esta da F de Cabo Verde. Tem lugar muito aprazível para onde os caminhos são baõs lugar que oferese todos os cômodos com agoas boas. As divisas podem ser as que vem pelos algarismos 1 5 6 7 8.

Do nº 1 á nº 2 tem vinte e duas legoas. As divisas do novo terreno, deverão ser do N 1 Dourado assim do serrote existe a terra dos Campos divisas do termo de Jacuhy já conhecidos: e por estas cabeceiras do Muzambo que este abaixo cortando pela terra com do Rio Claro até a barra ficando a aplicação de São Joaquim (atual cidade de

Alterosa, MG – destaque dos autores) o novo termo. As três pontas pouco distante de São José (*atual cidade de Alfenas, MG – destaque dos autores*) mais cômodo⁹ [...]

O documento também veio acompanhado de oitenta e uma assinaturas dos moradores que contavam com a elevação da Freguesia de Cabo Verde a Vila. Somente em 26 de março de 1846, pela lei provincial Nº 290, foi elevada à Vila. Em 5 de novembro se 1877, em virtude da Lei Nº 2416, foi a Villa de Cabo Verde elevada à cidade (CARVALHO 1998). Depois de elevada a vila, Cabo Verde passou a possuir um vasto território, que fazia limite ao norte com o Termo da vila de Jacuí, ao sul e sudeste com os termos das vila de Ouro Fino e Santana do Sapucaí, a oeste o Rio Pardo, a leste, o Rio Sapucaí e a vila de Campanha.



Mapa 3: Parte do mapa: Divisão das primeiras comarcas no território mineiro. 1- Rio Grande, 2- Rio Sapucaí, 3- Rio Pardo, 4- Cabo Verde, 5- Jacuí, 6- Ouro Fino, 7- Sivianópolis, 8 - Campanha da Princesa.

Fonte: Biblioteca Nacional. A numeração foi feita pela autora sobre o mapa original de 1810 que

⁹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Elevação da Matriz de Cabo Verde à categoria de Vila
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/conselho/brtacervo.php?cid=717>
DOCUMENTOS CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA, 1828 – 1834
Fundo Conselho Geral da Província
Título: Correspondência recebida – diversos
Nível de relacionamento: Subsérie diversos
Notação: CGP-1-4-CX.01



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

apresenta os limites da então Capitania de Minas Gerais. Recuperado de: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.jpg>. Acesso em: outubro de 2017.

A Forma Urbana de Cabo Verde

A forma do urbana de Cabo Verde é o resultado de processos históricos e diferentes elementos articulados. Dentre esses fatores estão: a relação do traçado urbano com os caminhos que ligavam o arraial a uma rede de núcleos de povoamento mais ampla, a geografia do território, a topografia do sítio, fatores econômicos, políticos, sociais e religiosos. A partir da obra de Teixeira (2012), de estudos de morfologia urbana, sobretudo a obra de Costa e Netto (2015) e da pesquisa em documentação primária, na forma de cartografia histórica e iconografia, demonstra-se como a forma urbana de Cabo Verde é fruto de um modo português de fundar núcleos urbanos que se funde aos condicionantes do território colonial.

Na segunda metade do século XVIII, o termo da freguesia de Cabo Verde era um território bastante amplo, e muitas cidades que hoje compõe o presente sudoeste do estado de Minas Gerais estavam inscritas nesse termo¹⁰, na forma de capelas e bairros. Como já mencionado, foi Veríssimo João de Carvalho o fundador do arraial de Cabo Verde, quem originalmente administrava e fazia a guarda de toda a região. O local não contou com o plano de um Engenheiro Militar que definisse o traçado da cidade, mas certamente Carvalho deu as diretrizes que contribuíram para a conformação do território. Sua origem portuguesa e sua experiência como explorador de novos territórios¹¹, provavelmente, lhe conferem as habilidades e referências de urbanização que seguem a lógica do traçado das cidades portuguesas, dando uma ideia de ordem ao lugar, mesmo não seguindo um plano geral.

As especificidades da cidade de origem portuguesa têm a ver com muitos aspectos: suas heranças culturais no contexto europeu e extraeuropeu, as lógicas de localização e de escolha dos sítios para a implantação dos núcleos urbanos, os elementos

¹⁰ Algumas cidades que faziam parte do termo de Cabo Verde corresponde hoje as cidades de: Caldas, Alfenas, Campestre, Borda da Mata, Carmo do Rio Claro, Poço Fundo, Alterosa, Areado, Muzambinho, Botelhos, Monte Belo, Divisa Nova, Nova Rezende, Conceição da Aparecida, Paraguaçu, Serrania, Machado.

¹¹ A necessidade de se referenciar e orientar no espaço, condição para própria sobrevivência dos homens, fez com que desde cedo eles aprendessem a ler o território. O primeiro recurso para se orientar foi seguir os cursos d'água e as linhas de cumeada, que constituem as primeiras grandes referências, os caminhos e as fronteiras entre os territórios. A partir daí, desenvolveu-se sua relação com os espaços naturais, entendendo suas características físicas, reconhecendo as áreas apropriadas a diferentes usos, as possibilidades de exploração econômica, bem como a seleção das áreas adequadas para a vida humana e para a fundação de núcleos de povoamento (TEIXEIRA, 2012, p.39).



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

geradores dos traçados, sua relação com as características físicas do território e com as estruturas geométricas subjacentes ao plano, as hierarquias e os elementos de referência do traçado, as praças e seu papel na organização urbana, as estruturas de quarteirão e de loteamento e os processos de planejamento e construção da cidade. (TEIXEIRA, 2012, p.12).

Cabo Verde possui algumas características semelhantes às cidades portuguesas que são sempre pensada de acordo com os condicionantes do sítio, respeitando as características físicas do território. Segundo Teixeira (2012), a cidade portuguesa não contraria o sítio que se implanta; em vez disso, tira partido dele e se constrói com ele.

Quando o traçado da cidade tinha como principal referência a estrutura física do sítio, seus principais elementos geradores eram os locais elevados e as linhas de cumeada e as linhas de vale que os articulavam. Esses lugares, onde se implantavam as principais funções urbanas institucionais e que se assumiam como os locais do poder, juntamente com as ruas que os ligavam, construídas sobre os caminhos naturais, tornavam-se os elementos estruturantes da cidade (TEIXEIRA, 2012, p.87).

Os estudos de morfologia urbana nos permitem refletir sobre a forma das cidades, analisando os principais elementos que constituem um território urbanizado, os elementos naturais que contribuem para sua ocupação, além da identificação das continuidades, mudanças e rupturas na formação e transformação do tecido urbano.

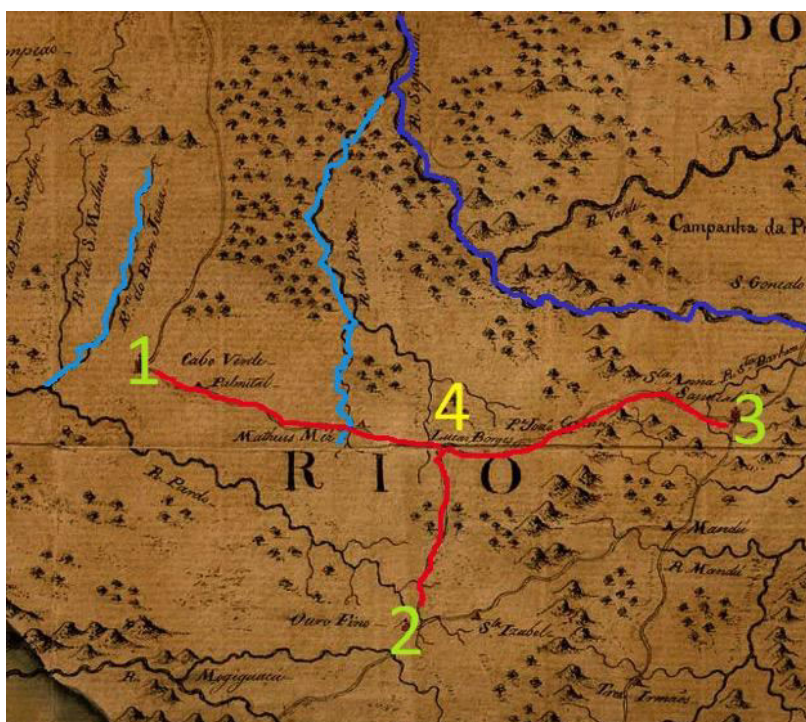
Do ponto de vista de um estudo morfológico, o tecido urbano é constituído pelos seguintes elementos: a rede de vias, as quadras, os lotes e as edificações. Para efetuar um estudo dessa natureza é necessário analisar estes elementos individualmente bem como investigar sua articulação. Embora estes elementos possam ser identificados de forma genérica, cada tecido urbano tem suas peculiaridades, pois cada cidade é o resultado de um longo processo histórico particular.

A morfologia urbana está entrelaçada com a historicidade, o que significa considerar a permanência de determinadas formas ao longo do tempo. O estudo de uma estrutura urbana só pode ser concebido em sua dimensão histórica, pois sua realidade fundamenta-se no tempo por uma sucessão de relações e de crescimentos a partir de um estado anterior.

Historicidade e palimpsesto são conceitos complementares para a compreensão da paisagem urbana. Enquanto o primeiro focaliza na permanência da forma ao longo do

tempo, o segundo refere-se à dinâmica da transformação. (COSTA, NETTO, 2015, p. 65).

A partir dessa perspectiva de análise, a formação histórica de Cabo Verde deve ser entendida em uma escala mais ampla, pois sua ocupação não se deu de forma isolada, mas sim a partir da formação da rede urbana do oeste do Rio Sapucaí, por meio de caminhos que faziam a ligação entre os diversos núcleos de povoamento.



Mapa 4: Parte do mapa: Divisão das primeiras comarcas no território mineiro. 1- Cabo Verde, 2- Ouro Fino, 3- Santana do Sapucaí, 4- Fazenda de Lucas Borges. Em azul escuro o Rio Sapucaí, em azul claro o Ribeirão do Bom Jesus e o Rio do Peixe, que margeiam o território de Cabo Verde. Fonte: Biblioteca Nacional. A numeração foi feita pela autora sobre o mapa original de 1810 que apresenta os limites da então Capitania de Minas Gerais. Recuperado de: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.jpg>. Acesso em: outubro de 2017.

A mapa acima nos mostra as rotas de ligação entre os núcleos de Ouro Fino, Cabo Verde e Santana do Sapucaí (atual cidade Silvianópolis, MG). No entroncamento dos caminhos, a Fazenda do Lucas Borges, que no século XVIII, servia como um importante ponto de abastecimento para os viajantes. Essa rota tem papel fundamental na configuração urbana de Cabo Verde, pois além de fazer a ligação com os outros núcleos, estrutura a implantação do arraial no sítio, se tornando a principal via que estrutura o núcleo urbano. No período colonial, as rotas podem ser consideradas a fase inicial da ocupação de diversos territórios, na forma da



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

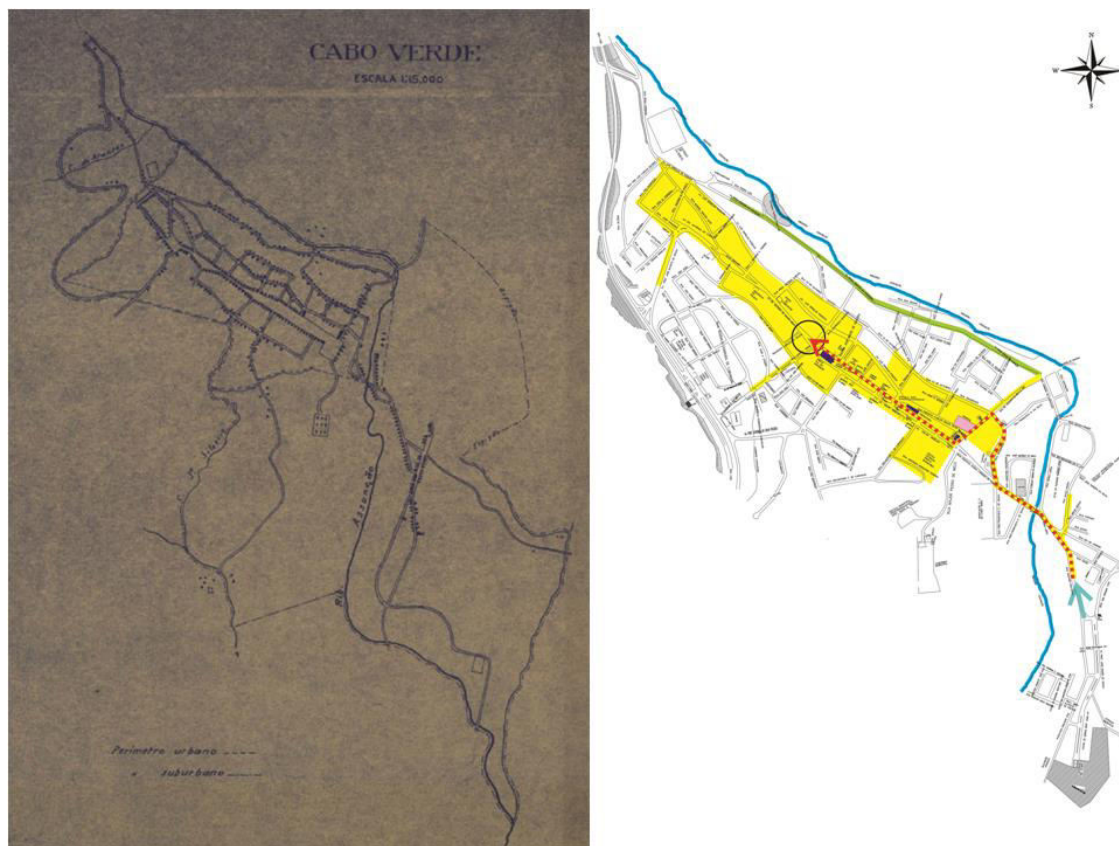
primeira estrutura implantada pelo homem em determinado sítio. (COSTA, NETTO, 2015, p. 203).

Os caminhos são o elemento mais importante na urbanização do território. Antes de iniciar qualquer tipo de ocupação, os caminhos estruturam uma localidade e conseqüentemente trazem consigo as primeiras ocupações. Funcionam como diretriz para a edificação, marcam uma "geometria" de assentamento, uma racionalidade na cidade e com eles se põe a manifesto a relação entre o núcleo urbano e o território envolvente. Os caminhos são a primeira fase de construção de uma cidade (GUERREIRO 2001, p.73)¹².

A segunda fase estruturante do território compreende a implantação de um assentamento, com capacidade de modificar a estruturação natural do lugar (COSTA, NETTO, 2015, p. 203). A formação da cidade de Cabo Verde se relaciona diretamente com a geografia local, fator determinante para a estruturação do tecido urbano. No mapa 3 analisa-se a implantação do núcleo urbano, que se estrutura no divisor de águas, entre os dois rios destacados em azul claro.

O território é a mais vasta e mais inclusiva parte do espaço geográfico, porque relaciona as estruturas construídas pelo homem para viver e criar o seu habitat. O território inclui o assentamento, as estruturas urbanas, como as ruas e as edificações, e as estradas fora do perímetro urbano. Além disso, inclui todas as estruturas positivas como a criação de animais, agricultura e indústrias. Os autores comentam que nosso mundo não consiste só de residências, vilas e cidades, mas, acima de tudo, originalmente provém de rotas e áreas de produção (COSTA, NETTO, 2015, p. 202).

¹² GUERREIRO tem seu estudo relacionado a morfologia urbana. Faz um levantamento das estruturas naturais que podem compor um território relacionando-os com as edificações, caminhos e outros elementos da urbanização. Além de averiguar se existe ou não um plano ou um desenho peestabelecido e os princípios para a ocupação de um território.



-> Rota de acesso a Cabo Verde no século XVIII, que coincide com a antiga estrada que ligava Cabo Verde a Ouro Fino
- Primeiras ocupações em «linha de vale»
- Rio Assunção
- Antiga residência do Barão de Cabo Verde.
- Perímetro urbano em 1939
- Entrada principal no século XVIII
- Prefeitura e Câmara Municipal
- Matriz Nossa Senhora da Assunção. Antigo local do primeiro cemitério e Igreja do Rosário
- Largo das Paineiras, depois das ocupações às margens do Assunção, foi o local onde iniciou-se o povoado

Mapa 5: Cidade de Cabo Verde em 1939. Recuperado de: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=941 > Acesso em Maio de 2017.

Mapa 6: Base em DWG oferecida pela Prefeitura de Cabo Verde.

“A terceira fase de estruturação territorial é decorrente da apropriação do sítio para desenvolvimento de uma atividade permanente agropecuária ou extrativista” (COSTA, NETTO, 2015, p. 203). Conforme foi ocorrendo a apropriação do local, o traçado da cidade foi revelando-se. Primeiro pelos mineradores, ao longo do Rio Assunção seguindo a “linha de



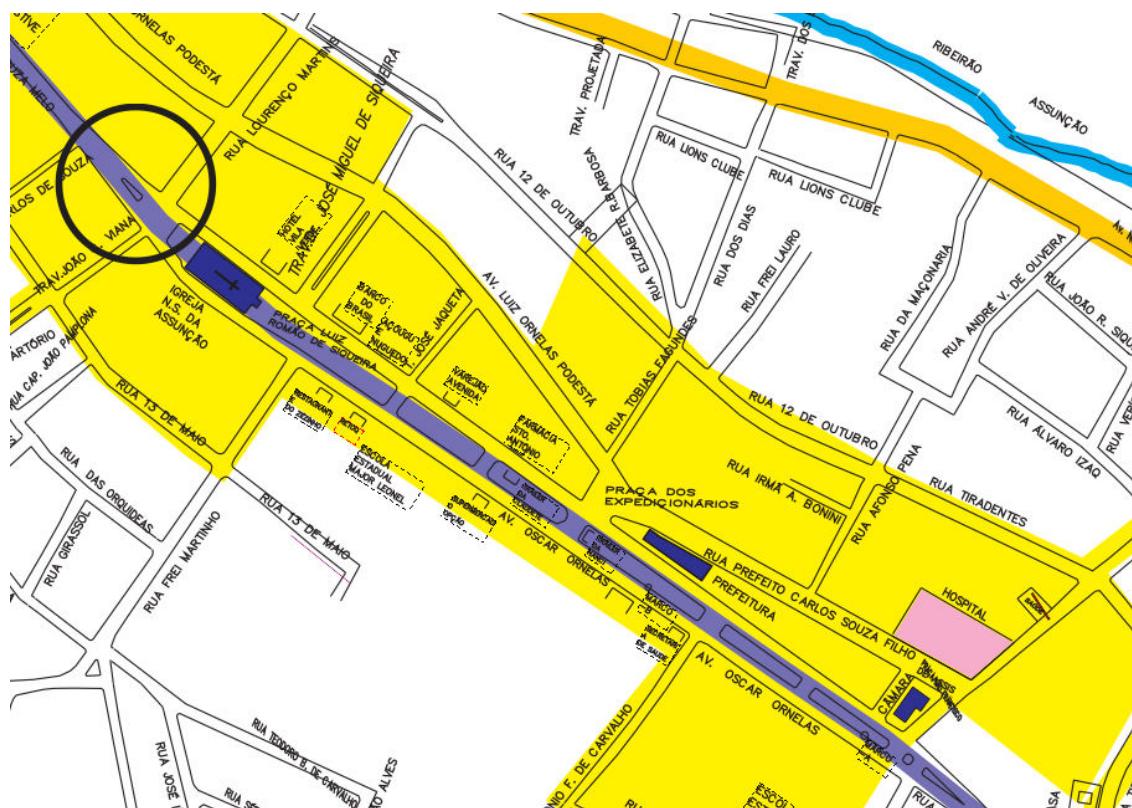
DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

várzea” e, posteriormente, com a construção da capela e depois da Igreja Matriz no divisor de águas, a povoação crescia em seu entorno, na forma “linear de cumeada”. Como já mencionado, o crescimento seguia a antiga rota que partia de Ouro Fino, hoje esse caminho corresponde à Avenida Oscar Ornelas, o principal elemento estruturador do traçado da cidade desde sua formação, é ela que serve como ponto de partida para o traçado das quadras, os quarteirões são estreitos e compridos, acompanhando a linearidade da via principal, dispostos paralelamente uns aos outros.

Nas cidades de pequeno porte – como já dito, na maioria das vezes, não se verifica a presença de profissionais de engenharia ou oficiais mecânicos especializados, então a demarcação do território era de responsabilidade dos moradores e autoridades locais. São eles que estabelecem o local onde será ergida a capela e posteriormente, quando o local ganhar o status de vila, serão determinados o local de implantação dos edifícios públicos e o pelourinho¹³. As palavras de Flexor (2011), demonstram um exemplo semelhante da forma que essas localidades de pequeno porte são construídas:

Os próprios ouvidores foram os urbanistas, arquitetos e mestre de obra, e o povo, na ausência de oficiais mecânicos especializados, o construtor. Coube a eles a organização espacial dos núcleos urbanos programados e a expansão da rede urbana. Sendo essas regiões extremamente pobres, e sem importância administrativa, dificilmente puderam contar com a presença de engenheiros militares em suas obras públicas, e particulares.

¹³ Toda a instalação das vilas era feita às custas da própria comunidade, a quem cabia, igualmente, subsidiar a construção dos edifícios públicos, igreja e de suas casas. Isso explica por que a maioria desses edifícios, nas regiões tratadas, só foi construída tardiamente. O poder real só pagava o ouvidor, tropa de linha e poucos outros funcionários, incluindo o vigário. Mesma a Câmara, depois de instalada, devia se auto-sustentar com as fintas, a que tinha direito, multas, licenças, arrendamento das terras de seu patrimônio, aluguéis etc (FLEXOR 2011, p.78).



- Avenida Luiz Ornellas
- Primeiras ocupações
- Rio Assunção
- Antiga residência do Barão de Cabo Verde. Atual Hospital São Francisco
- Perímetro urbano em 1939
- Prefeitura e Câmara Municipal
- Matriz Nossa Senhora da Assunção. Antigo local do primeiro cemitério e Igreja do Rosário
- Largo das Paineiras, depois das ocupações às margens do Assunção, foi o local onde iniciou-se o povoado

Mapa 7: Base em DWG oferecida pela Prefeitura de Cabo Verde. Detalhe mostrando a atual Avenida Oscar Ornellas como elemento estruturador do traçado urbano e o crescimento da cidade em forma linear de cumeada.

Do ponto de vista da forma urbana, a cidade de Cabo Verde pode ser classificada, segundo o trabalho de Guerreiro (2001), como cidade orgânica:

A cidade orgânica é um elemento complexo e aparentemente irregular. Não tem uma organização intencional como aquela que resulta de um plano ou desenho pré-estabelecido, mas tem uma organização que resulta da função e respectiva forma de cada uma das partes agregadas. A cidade orgânica tem uma analogia muito forte com

um organismo vivo, porque tem uma grande capacidade de agregação das suas partes constituintes, de crescer sempre como um todo, (...). (GUERREIRO, 2001, p.37).

A topografia, é a forma natural do território, é o suporte físico natural, a base sobre a qual uma cidade é assentada e construída. É um elemento fundamental na construção da cidade, com maior peso, quando existe uma necessidade de utilizar as vantagens que o terreno oferece. A topografia é uma constante na escolha do sítio, sendo esta, a característica que mais pesa sobre a configuração da cidade (GUERREIRO, 2001, p.58).

E foi assim que o território em Cabo Verde foi urbanizado, se relacionando diretamente com a topografia local, as casas foram construídas acompanhando a ondulação do terreno, cheio de morros e depressões, o que ocasionou a formação de ruas de larguras variadas. As estruturas físicas naturais foram determinantes para o definir o traçado urbano.

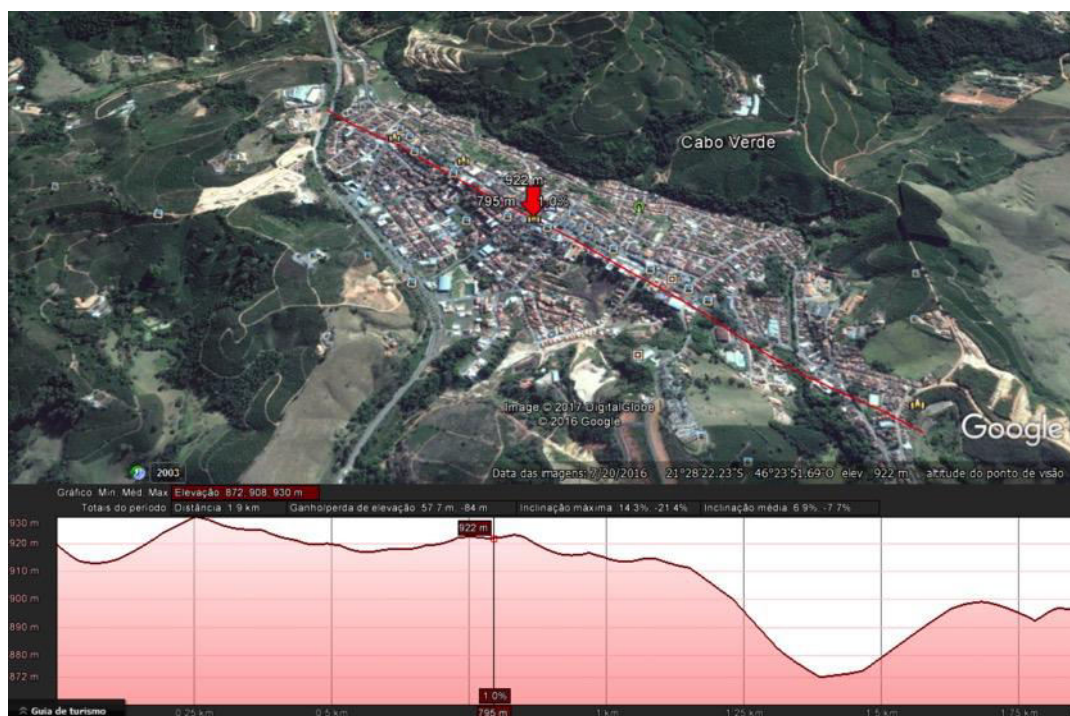


Imagem 1: Foto aérea e corte longitudinal do perfil da cidade de Cabo Verde. Recuperada de: "Google Earth". Acesso em maio de 2017.

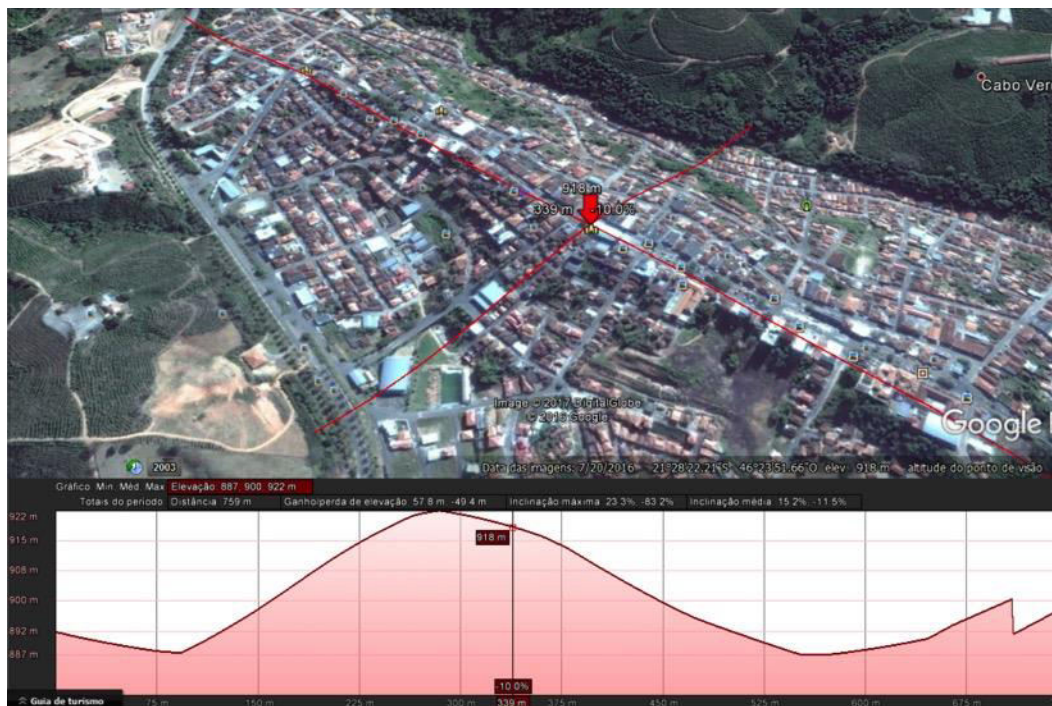


Imagem 2: Foto aérea e corte transversal do perfil da cidade de Cabo Verde. Recuperada de: "Google Earth". Acesso em maio de 2017.

Segundo Guerreiro (2001, p.65), existem vários motivos que levam à escolha do sítio. Analisando Cabo Verde podemos indicar alguns: motivos econômicos - pois as aglomerações situam-se, naturalmente, nos locais onde os recursos existem. Sítios urbanos como Cabo Verde, de topografia tão acidentada, correspondem às cidades de mineração, nascidas em consequência da exploração do ouro ou do diamante, cujos embriões foram os arraiais nas margens de córregos. Há povoações que perderam a sua razão de ser quando cessam os recursos naturais, como é o caso de alguns arraiais de mineração. Tal fato traduz-se, numa situação de diminuição da população ou mesmo de abandono do local se, entretanto, não se desenvolver outra função que justifique a sua existência. A permanência dos estabelecimentos humanos em determinado sítio, é ainda, proporcional ao patrimônio acumulado no local, aos melhoramentos realizados e às relações construídas. Por isso não houve desocupação total do território de Cabo Verde, pois com o esgotamento das lavras, a população que se fixou no local buscou outras atividades produtivas, já que as características do sítio eram favoráveis para atividades agrícolas.



Imagem 3: Um trecho do Rio Assunção em 1923. Local das atividades de mineração. Recuperado de: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=32305> Acesso em Maio de 2017.

“É na quarta fase da formação territorial que ocorre o aparecimento de um estágio civil sob a forma de incipientes núcleos urbanos”. (COSTA, NETTO, 2015, p. 203). Em Cabo Verde, quando a população se fixa no território, se inicia a construção de casas mais resistentes e melhor construídas ao longo da linha de cumeada, abandonando os casebres de pau-à-pique contruídos durante a época da mineração, ao longo do Ribeirão Assunção. A linha de cumeada se tornou a Avenida Oscar Ornelas, o elemento estruturador da cidade (vide mapa 5).

As características topográficas eram determinantes para localização do núcleo urbano inicial, para a definição das principais direções de crescimento urbano sobre as linhas naturais do território, para a implantação dos principais edifícios institucionais em

loais dominantes e para a estruturação formal dos espaços urbanos associados a esses edifícios (TEIXEIRA, 2012, p41).

Os edifícios de maior importância se implantam em pontos mais notáveis, no caso de Cabo Verde, no século XVIII, a Capela era o edifício de maior importância para o local. Sua construção acompanhava o início do povoado e logo se via rodeada de pequenas casas, situada bem à vista, como um marco no alto do morro (CARVALHO, 1998, p.221). Nos estudos de morfologia urbana, Panerai (2006), apresenta a definição de marcos:

Marcos são, em geral, elementos construídos, edifícios excepcionais, monumentos ou parte de monumentos, dotados de uma forma particular que facilita sua identificação. Uma praça, um cruzamento, um largo, uma ponte, um castelo d'água ou um morro também podem ser marcos. Eles podem balizar um percurso, indicar um núcleo, caracterizar um setor, bem como estar isolados das zonas identificadas. Eles também podem se combinar entre si em um conjunto monumental ou pitoresco. (Panerai, 2006, p.33)

A capela é o marco estruturador da forma urbana de Cabo Verde. A partir da sua implantação se define o extenso largo que acompanha o traçado longitudinal da via principal na linha de cumeada. As vias transversais ligam a "linha de várzea" à "linha de cumeada" e definem os limites das quadras alongadas.



Imagem 4: Foto extraída do Livro: A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde e sua história, CARVALHO, 1998, p.226. Data estimada: década de 1920. A Matriz de Nossa Senhora da Assunção, construída no local da capela.

Quando a freguesia foi elevada à categoria de vila, em 1867, foram feitas obras de infraestrutura em suas vias, o que não apagou a essência da forma de ocupação do território, cuja origem remonta ao século XVIII.

A imagem a seguir reflete o que era a cidade de Cabo Verde no final do século XIX. Mostra o largo da Igreja Matriz e a rota principal que estrutura todo o território e ao longo da qual a freguesia se estabeleceu.

Apesar das imagens usadas no artigo serem do início do século XX, são válidas para compreender a gênese da forma urbana, pois ainda refletem como foi a ocupação do território. Como Cabo Verde não passou por um processo de crescimento e de industrialização significativo, nas primeiras décadas do século XX, do ponto de vista do traçado urbano, não houve muitas mudanças.



Imagem 5: Vista da Cidade de Cabo Verde em 1923. Recuperado de: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=32304> Acesso em Maio de 2017.

Considerações Finais

A ocupação do território de Cabo Verde é das mais antigas do Sul de Minas Gerais. Sua formação está ligada à atividade mineradora e também ao controle de uma região de litígios entre as capitanias e os bispados de São Paulo e Minas. Esse núcleo urbano, assim como



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

os demais núcleos que compunham a rede urbana a oeste do Rio Sapucaí, tem seu desenvolvimento, na segunda metade do século XVIII, ligado a uma rede de dependência que abrangia lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, bairros rurais, pousos, registros, passagens, barreiras, fazendas, sítios. Todas essas localidades se desenvolviam em rede, e quando as lavras se esgotam, há uma inversão na economia da região, que passa a se estruturar a partir de atividades agropecuárias e manufaturas.

A análise da forma urbana de Cabo Verde foi conduzida a partir da cartografia e de fotografias de séculos posteriores à fundação do arraial, em paralelo com o estudo histórico. Percebe-se que Cabo Verde manteve a forma das primeiras ocupações no século XVIII. Sua implantação está diretamente ligada ao curso dos caminhos que estruturam a ocupação do território colonial, relacionados diretamente à geografia local. Os elementos do traçado urbano revelam a aplicação, território colonial, de um modo português de fundar núcleos de povoamento que se funde aos condicionates locais.

Embora em Cabo Verde não se tenha preservado integralmente um conjunto arquitetônico de origem colonial, seu pequeno índice de crescimento permite a análise dos princípios determinantes da forma urbana nos núcleos que se originam na segunda metade do século XVIII. O estudo de caso demonstra o quanto a análise de pequenas cidades essa pode contribuir para os estudos sobre a urbanização no Brasil colônia.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais do século XIX (1798-1840)**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2008.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saters, 1971.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **O Brasil-colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista?** Santiago de Chile: 2016.

CARVALHO, Adilson. **A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo verde e sua história. Cabo Verde**. Editoração Eletrônica Alexandre Ikuhara, 1998.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela G. **Fundamentos de morfologia urbana.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Cidade difusa a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX.** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2016.

FONSECA, C. D. **Arraiais e Vias D'el Rei: Espaço e Poder nas Minas setecentistas.** Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011.

GUERREIRO, M. R. P. Guerreiro. **O território e a edificação. O Papel do Suporte Físico Natural na Génese e formação da Cidade Portuguesa.** (Tese de Mestrado) Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, Lisboa, PT, 2002.

MORAES, F. Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.** (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil, 2006.

PANERAI, P. **Análise Urbana / Philippe Panerai;** tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 reimpressão, 2014.

PESSOTTI, L. RIBEIRO, N. Pôrto. **A construção da cidade portuguesa na América.** Rio de Janeiro: PoD, 2011.

SALGADO, Ivone. PEREIRA, R. Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII.** Labor & Engenho, Campinas, SP, Brasil, v.11, n.3, p.218-241, jul./set. 2017.

SOARES, J. Magalhães, MORAES, F. Borges. Contribuições para o estudo do fenômeno urbano nos momentos iniciais de sua formação. In: **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós graduação do instituto de arquitetura e urbanismo IAU-USP.**



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, BH, Brasil, 2009.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa.** São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.